

AO COMITÊ GESTOR DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CGAI

ASSUNTO: **PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO NEGADO PELO MUNICÍPIO DO RECIFE**

(Nome Ocultado), na qualidade de solicitante, vem mui respeitosamente e dentro do prazo legal, com fundamento na Lei **12.527 de 18 de novembro de 2011**, interpor **RECURSO**, o que o faz, requerendo sejam suas razões, em anexo, recebidas e encaminhadas à Superior Instância, para que delas tome conhecimento e lhes dê provimento.

RAZÕES DO RECURSO

Na primeira instância, a Controladoria Geral do Município - CGM apresentou resposta da Gerência de Unidade de Perícias Médicas, ao Pedido de Acesso à Informação nº **20170026801020533 no dia 05 de outubro de 2017**.

Nota-se que o documento enviado pela CGM não atendeu aos preceitos explicitados nas normas técnicas da Comunicação Oficial da Administração Pública, pela generalidade da identificação. Salienta-se a exclusão da autoridade que expediu a documentação, com o devido nome e o cargo.

Observa-se que não consta na resposta, em primeira instância, a autoridade que proferiu a decisão e se é hierarquicamente superior, em cumprimento do art. 21 do Decreto n.º 7.724/2012

Visa esclarecer que, o direito de acesso à informação legalmente protegido da Lei de Acesso à Informação **12.527\2011**, nos termos dos art. 3º, incisos II, III e IV, art.4º incisos III e IV, art.6º, inciso I e art. 7º, incisos IV e V, os quais dispõem que:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

II -Divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - Utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - Fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

IV - Informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável; (...)

Art. 6º. Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I - Gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

Art. 7º. O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

IV - Informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

V - Informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

Cabe dizer, que a divulgação nominal, conforme a LAI, não irá ferir a intimidade, vida privada, honra e imagem de pessoa identificada ou identificável, e, tampouco, ferirá o direito fundamental garantido na Constituição Federal, artigo 5º, § 2º:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte

O tratamento da informação “**registro nominal de vagas preenchidas por servidores, em planilha de agendamento de Perícia Médica no Município de Recife**”, não corresponde a informações sigilosas, haja vista está previsto no art.76, incisos IV, V, VI. art. 96, inciso II, art. 98, art. 99 e art.100 da Lei nº 14.728 de 08 de março de 1985, **Estatuto dos Funcionários Públicos do Município do Recife**.

Ademais, os serviços da Unidade de Perícia Médica do Município de Recife, deveriam ser transparentes, assim, como todos outros órgãos administrativos e secretárias.

Vale dizer que, não estão disponíveis para consulta, informações de interesse público e coletivo: ***“vagas disponíveis por Médico Perito, de acordo com horários e dias e dias de atendimento”***.

Nesse caso, à luz do art. 21 da Lei nº 12.527/11, na ausência da publicidade de informações necessárias, garante-se a qualquer cidadão, de forma a possibilitar o acesso à informação à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais

“Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais. ”

Convém pontuar, no que tange a publicidade das informações da Administração Pública Municipal de Recife, no Diário Oficial do Município – DOM, portarias são publicadas constantemente, com divulgação de atos administrativos, referentes a servidores de forma nominal e individualizada, de acesso público e, portanto, disponíveis para consulta eletrônica a qualquer cidadão interessado.

Considera-se o Pedido de Informação sob a tutela dos direitos fundamentais, por:

- ✚ Garantir o processo equitativo de acesso às vagas de Médico Perito na UPM;
- ✚ Garantir a celeridade do atendimento em observância do princípio da razoabilidade temporal

Termo em que

Pede deferimento.

Recife, 16 de outubro de 2017